



A fadiga do Lulismo, o reformismo impotente

Conheces o marinheiro, quando vem a tempestade.

Sabedoria popular portuguesa

Mais vale ficar vermelho cinco minutos, que amarelo toda a vida.

Sabedoria popular brasileira

Valerio Arcary¹

Eis a questão metodológica central em uma análise marxista: a análise da transformação na correlação de forças social deve orientar a interpretação da mudança nas relações de força eleitorais, e não o contrário.

A correlação de forças não evoluiu, desfavoravelmente, para a classe trabalhadora e os seus aliados depois de Junho, embora o resultado das eleições, mesmo com a reeleição de Dilma, tenha sido um castigo para o PT. O reformismo anêmico quase foi derrotado. Confundir os dois processos só pode conduzir a conclusões unilaterais, como aquela que insiste na versão da “onda conservadora”. A crise do lulismo está revelando um descontentamento crescente de parcelas cada vez mais amplas da classe trabalhadora com os governos de coalizão. A decadência do PT poderá evoluir para uma ruína de toda a esquerda? Sim, pode. Mas está colocada, também, outra possibilidade, muito menos pessimista. A fadiga de frações do proletariado com os limites do lulismo pode favorecer a reorganização da oposição de esquerda.

Uma mudança na relação de forças entre as classes

Esta mudança nas relações de força tem muitas refrações diferentes, e com peso social diverso: maior divisão burguesa sob a pressão da desaceleração econômica, com frações reposicionando-se por um ajuste fiscal severo, enquanto outras insistem na defesa de um papel regulador mais forte do Estado para defesa da indústria; fortes deslocamentos das classes médias que tendem à polarização, tanto à direita como à esquerda, com o enfraquecimento das posições mais moderadas ao centro; gigantesco desgaste institucional provocado por escândalos de dimensões bíblicas; um relançamento de ativismo sindical que vinha de 2012 e, segundo o DIEESE, se manteve

¹ Professor Titular aposentado do IFSP, animador do blogconvergencia, é militante do PSTU.

com o maior número de greves desde os anos 1980; um aumento de escala na capacidade de impacto de ocupações de movimentos populares; um relançamento com base de massas ampliada do movimento de mulheres; além de um longo etc.²

Uma mudança na relação de forças eleitorais

Já em termos eleitorais, se compararmos o mapa eleitoral de 1989 com o de 2014, a votação do PT se inverte: desta vez o PT perde em 15 das 27 capitais do país e na maioria das grandes e médias cidades, incluindo importantes cidades operárias. O PT perdeu em todas as capitais do Sul: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba. Perdeu em quase todas do sudeste. Ganhou raspando no Rio (50,79% - PT/ 49,21% - PSDB) e perdeu em São Paulo, Belo Horizonte, Vitória. Perdeu nas capitais do centro oeste: Brasília, Goiânia, Cuiabá, Campo Grande, Palma. No norte perdeu em Belém, Rio Branco, Porto Velho e Boa Vista. Em São Paulo o PT perdeu não apenas na capital, mas também na maioria das grandes cidades, como Campinas, Santos e São José dos Campos e também no antes chamado cinturão vermelho, ou seja, em quase toda Grande São Paulo (Santo André, São Bernardo, Guarulhos, Osasco). O PT ganhou em todas capitais do Nordeste e também cidades importantes do Rio, como na Baixada Fluminense (Caxias e Nova Iguaçu) e São Gonçalo. Mas, no resultado geral, o PT ganhou nas cidades menores: 2528 municípios dos 3.879 com até 15 mil eleitores. Também ganhou nos municípios pequenos (entre 15 e 75 mil eleitores), 882 dos 1.418. E perdeu em 100 das 179 cidades médias com mais de 75 mil eleitores, em 46 das 77 cidades entre 200 mil e 900 mil eleitores; e em 7 das 12 maiores cidades do Brasil.

Junho de 2013 é a chave para uma interpretação marxista

Qual deve ser a principal conclusão da conquista, muito apertada, de um quarto mandato pelo PT? É possível discernir um vínculo entre Junho de 2013 e outubro de 2014? Junho desafiou a estabilidade político-social ao colocar nas ruas milhões de jovens, pela primeira vez nos últimos doze anos, e isso foi grandioso.

Mesmo se avaliada a intervenção manipuladora dos meios de comunicação. Mesmo quando considerada a ação de provocadores de extrema-direita. Mesmo que ponderada a

² Foram contabilizadas 86,9 mil horas paradas em 2012. Há, neste indicador, a confirmação de uma tendência de aumento nas horas paradas que vem sendo percebida mais claramente desde 2009. A série histórica também revela que o total anual de horas não trabalhadas em 2012 é o maior desde 1991. www.dieese.org.br/balancodasgreves Consulta em outubro 2014.

ação ultraesquerdista dos black-blocs. As aspirações democráticas (denúncia do papel repressivo da polícia e denúncia da corrupção) e a reivindicação de direitos sociais como a educação, a saúde e o transporte públicos eram justas e necessárias.

O mais importante, contudo, é que parece estar em curso uma transformação essencial na relação dos batalhões mais concentrados da classe trabalhadora com o lulismo e o governo. Iniciou-se uma ruptura de massas, na escala de muitas dezenas de milhões, de setores do proletariado com o PT. Essa relação de confiança prevaleceu por trinta anos, ou seja, o intervalo de uma geração. Chamamos a este processo o princípio do fim do lulismo. Aqueles que caracterizam este processo como onda conservadora, impressionados pela votação de Aécio em grandes centros operários, estão sobrevalorizando um dos aspectos da nova situação.

Este processo de ruptura com o PT está sendo, como seria previsível, muito desigual, porque muito maior no sul e sudeste do que no norte e nordeste do país. Mas pode ser muito progressivo, se vier a confirmar-se uma maior disposição de luta e resistência do proletariado. Sem o desmoronamento do velho, o novo não pode surgir. Os ritmos dos dois processos não são os mesmos. Mas a crise da autoridade do PT abre a possibilidade de fortalecimento de novos instrumentos de luta, para ir além da CUT e da Força Sindical, nos grandes sindicatos ainda sob a influência da burocracia sindical. E favorece a aceleração da reorganização da esquerda.

O processo de crise do lulismo poderá ser revertido em um quarto mandato do governo de coalizão liderado pelo PT? Ou se aprofundará, em consequência das medidas de ajuste e austeridade previstas? Qual das dinâmicas político-sociais prevalecerá? Maior ativismo sindical e resistência política da classe trabalhadora? Desgaste do lulismo diante das concessões do segundo governo Dilma às pressões da classe dominante? Fortalecimento da oposição de esquerda? Ou um realinhamento político face ao governo, como no giro anti-Aécio que assistimos no segundo turno de 2014?

A crise do lulismo

A crise do lulismo está condicionada, como todo fenômeno complexo, por muitos fatores. Entre muitos outros, a estagnação econômica, a inflação crescente, a corrosão da corrupção endêmica, a ruína de mais de uma década de políticas sociais liberais, a

transição demográfica (uma nova geração adulta que não viveu os anos oitenta), além da impotência diante de uma agenda de reivindicações amplas contra as opressões (legalização do aborto, criminalização da homofobia, equidade para afrodescendentes). Dependerá, por exemplo, dos posicionamentos que o novo governo venha a ter diante dos ultimatos de frações burguesas que exigem um superávit primário mais alto, a redução de gastos públicos, a contenção salarial, etc. Mas dependerá, também, da capacidade da oposição de esquerda de responder ao processo de reorganização por baixo que já começou nos locais de trabalho.

A hipótese central deste artigo é que o mais determinante, de junho de 2013 a outubro de 2014, parece ter sido o efeito síntese de uma lenta acumulação de mal estar social: a mudança da relação social de forças entre as classes. Maior inquietação burguesa, oscilações febris da classe média, o nível mais elevado de atividade grevista são indicadores consistentes. É na estrutura da sociedade que encontraremos a chave para a análise dos deslocamentos na superestrutura. A temperatura político-social do país está mais alta, porque aumentou a ansiedade, a apreensão, a aflição de todas as classes, inseguras diante do futuro, e preocupadas em não perder as posições anteriores. Esta dinâmica explica o início de uma polarização mais intensa que apareceu na campanha eleitoral.

O governo Dilma já tinha sido atingido pelas ondas de choque de junho de 2013 e saiu mais frágil das eleições de 2014. A estabilidade do regime democrático, uma das principais conquistas da solidez da dominação política desde 1994/95, foi desequilibrada por Junho de 2013. As eleições de 2014 foram uma confirmação de que uma nova situação se abriu: o tsunami da candidatura Marina Silva; a recuperação da oposição burguesa com Aécio; o impacto da audiência minoritária, porém, importante das candidaturas da esquerda socialista, especialmente, de Luciana Genro pelo PSOL; a reação de massas aos discursos homofóbicos e machistas das candidaturas da extrema-direita; e a montanha russa do segundo turno.

Se a crise do lulismo favorecerá ou não uma reorganização pela esquerda é algo ainda incerto, que será decidido pela luta de classes, mas é possível. Os quase dois milhões de votos na esquerda socialista através do PSOL, PSTU e PCB não são senão uma pequena parcela da audiência que foi conquistada entre a juventude e o

proletariado. Mas é isso que esteve em disputa, tanto em Junho de 2013 quando em 2014.

O que está em disputa não é o destino do governo Dilma

É isso que esteve e permanecerá em disputa, não o destino do governo Dilma. A nomeação de Joaquim Levy para a Fazenda, de Nelson Barbosa para o Planejamento, e a permanência de Tombini no Banco Central, com a missão de tranquilizar os investidores, não permite qualquer dúvida de que a orientação do governo Dilma para o quarto mandato do governo do PT será austeridade contra os trabalhadores. Ainda assim a classe dominante elevará o tom de exigências sobre Brasília.

O que não significa concluir que a crise lulismo será uma evolução linear à esquerda da consciência média dos trabalhadores, como ficou claro pelo papel de Marina Silva no primeiro turno de 2014, e pelo fortalecimento do PSDB e crescimento de Aécio Neves durante o segundo turno. Mesmo que deformadamente, a votação sinaliza a fadiga de uma parcela ampla da classe trabalhadora com o lulismo. A votação não permite concluir que prevaleceu o desejo de continuidade. Dilma se apresentou como a protagonista de um novo governo para poder vencer. Tampouco autoriza conclusões sobre o arraste de uma “onda conservadora”. Aécio precisou se mascarar, e defendeu até o fim do fator previdenciário que atormenta e adia a aposentadoria dos trabalhadores. Mesmo se é verdade que a oposição de direita saiu reforçada das eleições. Também é significativo um fenômeno novo: ainda que minoritária, a extrema-direita “saiu do armário”, mais desafiadora que em junho de 2013.

Diretas já, Fora Collor, Junho de 2013

Um pouco de perspectiva histórica nos ajuda a compreender as relações entre Junho de 2013 e outubro de 2014. Não se deve julgar um processo de luta pelos seus resultados imediatos. Em 1984, quando das *Diretas Já*, na fase final da luta contra a ditadura militar, a campanha mobilizou algo em torno de oito milhões de pessoas que correspondiam a 20% da população economicamente ativa. Foi a maior mobilização política da história da nação, mas dirigida pelo PMDB de Tancredo, Ulysses e Montoro, e o PDT de Brizola. O resultado das *Diretas Já* foi paradoxal: derrotou o governo Figueiredo, mas não foi capaz de derrubar a ditadura. José Sarney, o último presidente da Arena/PDS, acabou sendo o primeiro presidente do regime democrático, sem que

tivessem ocorrido eleições. O programa das *Diretas Já* era estritamente democrático-liberal, e os trabalhadores estiveram nas ruas sem uma plataforma de reivindicações próprias. O PT ocupou um papel de codireção, subordinado à liderança burguesa, mas foi nesse processo que Lula e o PT se consolidaram como a referência nacional de esquerda.

Relembrar as *Diretas Já* pode ser útil para contextualizarmos o hiato, a defasagem, ou a discrepância, muito comum na história, entre as enormes energias liberadas em processos de luta de massas e as esperanças por elas despertadas, e os seus resultados. As *Diretas Já* foram uma campanha progressiva, porque colocaram em movimento milhões de pessoas, até então politicamente inativas, em choque direto contra a ditadura militar no poder por vinte anos. Já a eleição da chapa Tancredo Neves/José Sarney no Colégio Eleitoral foi uma usurpação reacionária, mas efêmera, das ilusões populares. O prestígio inicial do governo Sarney, que se proclamou, ostensivamente, como Nova República foi como fogo de palha: brilhou intensamente, mas por pouco tempo. Entre 1987 e 1989 o Brasil conheceu a onda grevista mais importante de toda a sua história. E Lula foi para o segundo turno nas primeiras eleições presidenciais, derrotando Brizola, para terminar sendo vencido por Collor.

Em Junho de 2013, depois de mais de dez anos de governos liderados pelo PT, uma explosão espontânea levou algo em torno a pelo menos dois milhões de pessoas às ruas em protestos com reivindicações, essencialmente ou somente democráticas, mas que merecem ser comparados com as mobilizações de 1984. Ou, também, com as mobilizações pelo *Fora Collor* em 1992, que culminaram com o impeachment de Collor. Entretanto, ao contrário de 1984 e 1992, desta vez, em 2013, nenhum aparelho político teve papel significativo. Por serem acéfalas, as mobilizações de 2013 não foram menos significativas. Ao contrário, foram, talvez, mais impressionantes, por isso mesmo. No intervalo de poucas semanas todos os governos e instituições do regime passaram, em graus diferentes de desconfiança, por um sério questionamento.

Em 2013 as ruas foram ocupadas pela juventude assalariada com maior instrução, em sua maioria, precarizada em empregos de salários baixos. Os batalhões mais maduros do proletariado estiveram ausentes, embora apoiassem. As tentativas de unir Junho com o movimento organizado dos trabalhadores em dois dias de greve nacional sob um programa de reivindicações com um corte de classe mais definido, embora fosse

a perspectiva mais animadora, foram insatisfatórias. Dilma Roussef venceu as eleições, apesar de Junho. Mas as eleições de 2014 confirmaram o desgaste do governo de coalizão nas grandes cidades do país onde se concentra o proletariado. Se 1984 marcou a ascensão do PT a força política nacional, 2013 sinalizou a decadência do lulismo, confirmada nas urnas de 2014.

A classe trabalhadora não é a mesma de trinta anos atrás

O que nos remete à análise do que mudou. O Brasil de 2014 é um país muito diferente do Brasil de trinta anos atrás. Nunca o país conheceu um intervalo histórico de regime democrático-liberal tão longo. Poucas sociedades contemporâneas viveram, em intervalo histórico tão breve, transformações tão significativas. O Brasil duplicou o seu PIB e a sua população nesses trinta anos. Mas esses dois indicadores, que evoluíam nas décadas anteriores aos anos 1980, aceleradamente, passaram a ter dinâmicas muito mais lentas.

O Brasil da alvorada do século XXI é agora uma nação com crescimento lento, que caiu da média histórica em torno de 7% ao ano, para algo inferior a 2,5%, e a taxa de fecundidade desabou de mais de 5% para menos de 2%. A desaceleração econômica foi compensada, parcialmente, pela transição demográfica, mas isso não impediu que a desigualdade social, embora tenha sofrido oscilações nesses trinta anos, já que aumentou nos anos 1990 e caiu nos anos 2000, não tenha diminuído de forma significativa. O Brasil permaneceu, essencialmente, depois de três décadas de regime democrático-eleitoral, um país ainda entre os mais injustos.

Essa perspectiva histórica é indispensável para atribuir sentido à avalanche de mobilizações de Junho de 2013, e aos resultados eleitorais de 2014. Sem compreendê-las, será impossível interpretar as transformações que o país viveu nesses trinta anos. A hipótese central deste texto é que estes dois processos estão relacionados, e revelam que os limites políticos da influência do lulismo, ou seja, a corrente político eleitoral que governa o Brasil nos últimos doze anos, são hoje muito grandes. O PT perdeu as eleições nas maiores cidades do país, onde se concentra a maioria dos trabalhadores. Essa massa assalariada, que votava em esmagadora maioria no lulismo até 2010 e não o fez em 2014, mudou, também, em muitas outras dimensões. Há uma nova classe trabalhadora no Brasil. Ela nunca foi, proporcionalmente, à população economicamente ativa, tão grande, tão concentrada, e tão instruída.

Este proletariado pode ir além do lulismo. Sua disposição de luta poderá favorecer uma reorganização pela esquerda. Se encontrar uma esquerda capaz de responder ao desafio histórico de ir além do eleitoralismo. Porque as lutas decisivas são aquelas que o futuro nos reserva, não as que ficaram para trás.